



**ATA DO CONSELHO FISCAL DO APARECIDAPREV
SOBRE INFORMAÇÕES DA COMPETÊNCIA AGOSTO DE 2025**

Os membros do Conselho Fiscal do Aparecidaprev, nomeados pelo Decreto "N" nº 649 de 14 de agosto de 2024, se reuniram nesta data, 24 de setembro de 2025 às oito horas e trinta minutos, na sede do Instituto de Previdência, para receber e acompanhar as informações sobre a gestão do Instituto. A presente reunião tem como pauta os seguintes assuntos: **apresentação, análise, apreciação para aprovação dos resultados da carteira de aplicações financeiras e atos administrativos do mês de agosto de 2025; outros assuntos correlatos.** Antes de iniciar a reunião foram entregues ao Conselho Fiscal os seguintes relatórios: Relatório de investimentos, financeiro e administrativo referente ao resultado do mês de agosto/2025; comparativo da receita prevista com a arrecadada, demonstrativo da despesa orçamentária autorizada com a realizada por categoria econômica e elemento de despesa - Anexo 02 e relatório comparativo da despesa autorizada com a realizada – Anexo XI, todos da competência agosto de 2025. O presidente do conselho municipal de previdência, após confirmação de quórum declarou aberta a reunião. Em ato contínuo o presidente do CMP passou a palavra à presidente do Instituto para suas considerações iniciais. Em seguida passou a palavra ao diretor financeiro que iniciou sua fala lembrando aos conselheiros presentes sobre o curso de preparação para a prova de certificação. O curso será ministrado no formato in company na sede do Instituto, nos dias 13 a 16 de outubro. Na sequência o diretor passou a apresentação das informações financeiras, administrativas e econômicas. Foi demonstrada uma rentabilidade no mês de agosto de 1,11% acumulando 8,82% no ano. A meta para o mês era 0,32% com meta acumulada de 6,74%. O resultado tanto do mês quanto no acumulado superou a meta. A rentabilidade no mês foi de R\$ 9.466.822,37 acumulando um retorno financeiro no ano de R\$ 77.057.852,84. O valor total do patrimônio financeiro em investimentos do Instituto até no mês de agosto foi de R\$ 984.088.849,13 (novecentos oitenta e quatro milhões e oitenta e oito mil oitocentos e quarenta e nove reais e treze centavos). Foi demonstrada em quais instituições a carteira de investimentos está alocada, sendo o Banco do Brasil o detentor do maior volume de recursos investidos, seguido pela Caixa Econômica Federal. Do valor total de patrimônio investido, R\$ 26.966.711,26 (vinte seis milhões, novecentos e sessenta e seis mil, setecentos e onze reais e vinte seis centavos) são recursos da taxa administrativa. Foi demonstrado ainda no relatório, informações quanto ao enquadramento da carteira de investimentos nos termos da Resolução 4.963/2021, contendo todos os investimentos e seus respectivos enquadramentos dentro dos limites autorizados pela resolução e pela política de investimentos do Instituto. O relatório apresenta ainda informações, detalhamento da receita de contribuições previdenciárias funcional, patronal e outras receitas referentes a 5.651



servidores contribuintes, resultando num montante de R\$ 74.852.740,38 (setenta e quatro milhões oitocentos e cinquenta e dois mil setecentos e quarenta reais e trinta e oito centavos). Foram detalhadas as despesas custeadas com a taxa administrativa. Demonstrou-se ainda as despesas previdenciárias, que representou no período um montante de R\$ 4.705.373,36 (quatro milhões, setecentos e cinco mil trezentos e setenta e três reais e trinta e seis centavos) referentes a aposentadorias (1248 beneficiários), pensão por morte (315 beneficiários) e salário família (2 beneficiários). Ao final da reunião, o presidente do CMP solicitou a Presidente do Instituto que trouxesse ao conhecimento dos demais membros, sobre pedido de esclarecimento apresentado a respeito denúncia veiculada no Jornal O Parlamento quanto a contratação de serviços com a empresa JA de Lima. A contratação em questão se refere a sistema informatizado destinado a operacionalização da folha de pagamento dos aposentados, pensionistas e servidores. A presidente respondeu que a contratação diz respeito a ato de gestão, indispensável ao funcionamento do Instituto e que a contratação embora tenha cumprido todos os tramites administrativos, não foi submetida à aprovação do conselho. Em ato contínuo, a Presidente do Instituto respondeu formalmente aos questionamentos do presidente do CMP. A resposta oficializada foi lida na presença de todos e entregue ao presidente. O presidente do CMP considerou as informações prestadas suficientes para esclarecimento do que foi questionado. Diante dos relatórios e demais informações tratadas na reunião, este Conselho fará relatório analítico das informações recebidas, de forma a contribuir com as prestações de contas do Instituto, junto aos órgãos fiscalizadores. Sendo o que tínhamos a registrar no momento, a Presidente encerra a presente ata, que segue assinada pelos membros presentes.

Alzeni Cardoso de Cirqueira
Pres. Do Conselho Fiscal

Jean Jacques Martins Bastos
Membro do Conselho Fiscal

Clayton Cesar Silva
Membro do Conselho Fiscal